

RAP E O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR: JUVENTUDE NEGRA NO PROTAGONISMO DA LEI 10.639/03

EL RAP Y EL MOVIMIENTO EDUCATIVO NEGRO: LA JUVENTUD NEGRA EN EL PROTAGONISMO DE LA LEY 10.639/03

<https://orcid.org/0000-0001-8030-6461> Maria Carla Corrochano^A

<https://orcid.org/0000-0003-2251-9084> Michel da Silva Ceriaco (Michel Yakini-Iman)^B

^AUniversidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, SP, Brasil

^BUniversidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, SP, Brasil

Recebido em: 13 fev. 2023 | Aceito em: 20 nov. 2023

Correspondência: Michel Yakini-Iman (michellyakini@gmail.com)

Resumo

Esta autoetnografia apresenta reflexões sobre o movimento hip hop no contexto das periferias paulistanas na década de 1990, a relação dessa expressão com a juventude negra e sua perspectiva ativista e educadora. Os trabalhos de Marília Sposito, Juarez Dayrell e Elaine Andrade sobre o rap na experiência juvenil, e de Nilma Lino Gomes sobre o Movimento Negro Educador são referências teóricas centrais. Considerando as diversas pesquisas sobre o tema, esse trabalho dialoga com parte da biografia de um artista negro da periferia de São Paulo, que vivenciou um letramento racial/social por meio do rap. A partir da experiência de um dos autores, argumenta sobre a importância da juventude negra e do rap para a implementação das ações afirmativas no Brasil.

Palavras-chave: jovens; juventude negra; hip hop; autoetnografia; ações afirmativas.

Resumen

Esta autoetnografia presenta reflexiones sobre el movimiento hip hop en el contexto de la periferia de São Paulo en los años 1990, la relación de esta expresión con la juventud negra y su perspectiva activista y educativa. Los trabajos de Marília Sposito, Juarez Dayrell y Elaine Andrade sobre el rap en la experiencia juvenil y de Nilma Lino Gomes sobre el Movimento Negro Educador son referentes teóricos centrales. Considerando las diversas investigaciones sobre el tema, este trabajo dialoga con parte de la biografía de un artista negro de la periferia de São Paulo, que vivió la alfabetización racial/social a través del rap. A partir de la experiencia de uno de los autores, se argumenta sobre la importancia de la juventud negra y del rap para la implementación de acciones afirmativas en Brasil.

Palavras clave: jóvenes; juventud negra; hip hop; autoetnografía; acciones afirmativas.



Apresentação

Desde a década de 1990 há um trajeto do rap (ritmo e poesia), expressão musical do movimento hip hop, que contribuiu para a implementação da Lei 10.639/03 no Brasil, mesmo antes da sua promulgação, a partir de referências articuladas pela juventude negra que pautava discussões sociais, estéticas e políticas presentes na promoção da cultura africana e afro-brasileira nas escolas.

Um conjunto expressivo de pesquisas sobre o movimento hip hop foram desenvolvidas desde a análise pioneira de Sposito (1993), que identificou no rap uma nova modalidade de ação coletiva juvenil nas periferias de cidades brasileiras a partir dos anos 1990. Análises dedicadas às culturas juvenis e ao seu lugar no processo de socialização da juventude ou para a diversidade de práticas letradas presentes na sociedade brasileira e até mesmo para a indústria fonográfica no País, dentre outras, tiveram o movimento hip hop e o rap como interlocutores centrais (DAYRELL, 2005; SOUZA, 2011; SPOSITO; ALMEIDA; CORROCHANO, 2020; BOTELHO, 2022). Tomando como ponto de partida essas análises, trata-se aqui de refletir sobre o rap, hip hop, cultura juvenil e educação a partir de uma experiência subjetiva, de alguém que estudou na escola pública nos anos 1990 e vivenciou um processo de letramento racial/social por meio do rap, em um período que a aceitação dessa expressão nos espaços escolares era mínimo e na maioria das vezes negado.

Apresentamos aqui parte da biografia de um dos autores deste artigo, relacionado-a à atuação do movimento hip hop e do rap nas periferias de São Paulo, estabelecendo relações entre experiências subjetivas e outras narrativas de engajamento coletivo (GAMA, 2020).

Essa subjetividade parte da experiência de uma pessoa negra, ou seja, que historicamente têm suas narrativas colocadas à margem, mas que ao escrever e questionar sua própria experiência, apresenta temas, paradigmas e metodologias que favorecem a validação dessa perspectiva, tensionando e descolonizando a ordem eurocêntrica de conhecimento que deslegitima e silencia a produção de saberes dos sujeitos marginalizados (KILOMBA, 2019). Por isso, do ponto de vista metodológico, partimos do referencial da autoetnografia.

A autoetnografia é um método qualitativo que relaciona o gênero autobiográfico com a etnografia. Trata-se de uma autonarrativa onde o pesquisador(a) escreve sobre si em determinado contexto social (VERSIANI, 2005). Esse conceito tem origem a partir da aproximação com o interacionismo simbólico realizados por pesquisadores/as da escola de Escola de Chicago, entre 1930 e 1940, e mais recentemente tem como principais expoentes os trabalhos de Reed-Danahay (1997), Heewon Chang (2008) e Carolyn Ellis (2004). Trata-se de

um método que possibilita que a pesquisa aproxime-se das emoções e da própria cultura do pesquisador(a) (BOSSLE; NETO, 2009).

Este artigo pretende analisar o início da juventude de um dos autores, nos anos 1990, momento em que conviveu com um estado de violência extrema em seu bairro de origem e se aproximou do movimento hip hop - expressão organizada pela juventude negra e periférica, que surge no Brasil na década 1980, mas teve origem na década anterior em Nova York (EUA) nos guetos afro-americanos e caribenhos (ANDRADE, 1999). Este movimento é integrado pelo rap (música), grafite (arte visual), DJ (responsável pelas bases instrumentais) e o MC (mestre de cerimônias) (SILVA, C., 1999).

No contexto da experiência juvenil do autor, o rap e o hip hop, embora já mobilizassem muitos jovens nas periferias urbanas, ainda não estavam presentes no contexto escolar. Aos poucos essa expressão passou a ter algum reconhecimento, e recentemente, ao retornar para a escola como educador, artista e professor, o cenário se mostrou diverso para o autor. Várias escolas passaram a desenvolver propostas que envolvem as linguagens do movimento hip hop e da arte da periferia, com interesse em estabelecer a promoção da Lei 10.639/03 e de um currículo antirracista.

Considerando o rap como uma expressão jovem e originária da cultura de rua, inserido em um cotidiano escolar que se encontra em crise na sua relação com juventude (DAYRELL, 2007), faz-se necessária as questões: como foi possível a aproximação entre o rap e a escola? O que o rap tem a ver com a educação, as relações étnico-raciais e a promoção da Lei 10.639/03?

A descoberta do rap e a escola: Mundos paralelos

Professora, você já parou para ouvir a música das ruas? Talvez já tenha notado que os “manos” estão cantando na “EMETEVÊ”, ganharam alguns prêmios de públicos... mas já parou pra ouvir a letra? Já prestou a atenção na possibilidade de construir uma aula a partir desse documento? O documento vivo das ruas?

(SANTOS, 1999, p. 116).

Sou um homem negro, nascido em 1981 no bairro de Pirituba, zona Noroeste de São Paulo. Desde 2006, atuo como escritor no movimento de literatura das periferias. Na minha infância aconteciam muitas festas nas ruas, nas quermesses e nas casas do meu bairro,

principalmente nos finais de semana, onde as músicas de samba-rock, samba, e o *soul-funk* afro-americano ditavam o ritmo e embalavam os encontros.

Ouvi muitas histórias do meu pai, o Miltão, que nasceu em 1959, dos meus tios e de outros vizinhos contando sobre as noites do *Casarão*, salão de baile de Pirituba que recebia toda essa geração quando jovens, e depois acompanhei de perto a construção do *Babilônia Disco Club*, onde meu pai trabalhava como segurança no início dos anos 1990. Muitas vezes fui até lá levar a marmita para ele jantar e aproveitava para dar uma espiada nos shows de rap, samba e nas sessões de *black-soul-funk* que aconteciam na casa. Para Plácido (2019), esse cenário favoreceu o surgimento do hip hop e do rap em São Paulo.

De modo geral o conjunto dessa experiência foi decodificada culturalmente por meio de ações e práticas elaboradas por jovens periféricos desde os anos 70. A prática cultural desses jovens via bailes *blacks* conseguiu se estender através do movimento *hip hop* e interagir como uma rede de experiências e sociabilidades supostamente desarticulada, que em diferentes instantes encontrou espaços nos salões de bailes, nas ruas e praças da metrópole e essencialmente nos bairros periféricos (PLÁCIDO, 2019, p. 252-253).

Para mim, a escola era um lugar de contradições. Sentia-me motivado a estar lá para encontrar os amigos e jogar futebol, mas achava as aulas desinteressantes, como a maioria dos estudantes. Durante a educação infantil até o final do ensino fundamental, estudei em duas escolas públicas localizadas no meu bairro.

Vários estudos têm discutido a perda da centralidade da escola nos processos de socialização das novas gerações, sendo esta instituição cada vez mais interpelada e desafiada por práticas e valores das culturas juvenis, geralmente produzidas externa e paralelamente ao mundo escolar (DUBET, MARTUCCELLI, 1998). No Brasil, essa questão é ainda mais complexa na medida em que para ampla parcela de jovens das camadas populares o acesso à escola só acontece de modo significativo a partir da expansão de matrículas na década de 1990.

Essa oferta educacional foi um passo importante para a democratização da educação em nosso país, trazendo aos bancos escolares uma população de renda mais baixa, marcadamente negra e diversa que, no contexto de grandes cidades como São Paulo, mora nas áreas mais desprovidas de infraestrutura e cuja a presença do Estado, senão tímida, é marcada pela violência policial. No entanto, a ampliação dessa oferta não veio acompanhada de um aumento dos investimentos públicos na área educacional, de modo que essa expansão é também marcada por uma profunda precariedade, intensificando a crise da instituição escolar (SPOSITO; SOUZA, 2014).

Minha trajetória está ligada a este contexto, de democratização do acesso, mas ao mesmo tempo de dificuldade em atribuir um sentido para a experiência escolar. O sentido da escola para mim, bem como para vários de meus colegas, estava muito distante daquilo que vislumbrava a geração anterior a minha – de possibilidade de ascensão social e melhoria de vida; a escola era um lugar tenso e pouco significativo (DAYRELL, 1997; SPOSITO, 1993).

A precariedade das escolas, principalmente no âmbito estadual, entre os anos de 1991 e 2003, se deu porque os recursos destinados ao sistema público de ensino, até o ensino médio, não acompanharam a ampliação do número de vagas (HADDAD, 2008). Sendo assim, as condições de funcionamento das escolas, principalmente nas periferias, foram cada vez mais precarizadas, seja pela falta de estrutura física ou humana, pelas irregularidades administrativas ou pelo abuso de autoridade dos funcionários das escolas (CORTI, 2015).

Ainda assim, completei o ensino fundamental sem nenhuma repetência e com um bom nível de alfabetização. Apesar de fazer alguns bicos durante a adolescência, não precisei deixar os estudos para trabalhar, como muitos amigos faziam para ter alguma autonomia financeira. Ainda que nem sempre trabalhar signifique o abandono da escola (MADEIRA, 1986), vários de meus colegas não puderam trocar a gratificação imediata do trabalho subalterno, por um futuro de incertezas, nesse jogo de sobrevivências (DAYRELL, 2007).

Neste período, a sociabilidade juvenil foi marcada pela disseminação de muitos grupos de rap que surgiram na cidade, aglutinando jovens da periferia em uma identidade coletiva, associada à exclusão racial e social (SPOSITO, 1993).

Assim, esse gênero procura articular, nem sempre organicamente, três dimensões: a primeira, mais próxima de suas origens, aponta para as questões específicas que aflige a população negra no interior de uma sociedade marcada pela hegemonia do branco; uma segunda, de caráter social, expressa-se na denúncia das condições de vida das populações trabalhadoras da sociedade; e a terceira aponta para as dimensões excludentes das relações geracionais, remetendo a uma específica forma de discriminação que atinge os jovens, marcados pela estreitas possibilidades de emprego, pelas dificuldades escolares, pelos dilemas presentes no mundo das drogas ou do crime e, sobretudo, porque este setor se tornou o alvo privilegiado da violência policial e de grupos exterminadores (SPOSITO, 1993, p.168).

Foi por volta de 1993 que conheci as músicas de vários grupos e artistas do rap como: RZO, GOG, DMN, Filosofia de Rua e Sistema Negro, além do impactante disco *Raio-X Brasil* dos Racionais Mc's. A capa desse álbum tem uma foto de homens encarcerados, com tarjas no rosto, sendo o que a letra "X" aparece por cima da foto e na parte de baixo há uma bandeira do Brasil, em que a expressão "ordem e progresso" é substituída por um desenho de um homem negro no cárcere, e mais abaixo está escrito "liberdade de expressão".

Eu já tinha esse álbum na versão de fita K7, pois meu pai comprava as fitas que eram mais tocadas nos bailes do *Babilônia*. As letras do disco tematizam a violência das periferias e tinham muitos palavrões, por isso eu me sentia um pouco inseguro de ouvir na presença de um adulto, mas sempre escutava quando estava sozinho em casa.

É nos anos 90 que, pela narrativa das letras de rap, os desajustados, drogados, favelados, ladrões, meninos de rua, detentos, ex-detentos, toda uma legião de deserdados da cidade mais rica ao sul do equador deixaram de aparecer apenas como vítima. Tais personagens têm sua humanidade nas letras de rap, habitam lugares impronunciáveis da metrópole, não são números e estatísticas governamentais, nem fruto do engodo da industrialização e do crescimento urbano. Nessas canções elas emergem como protagonistas de suas histórias e de suas memórias (AZEVEDO; SILVA, 1999, p. 80).

Figura 1 - Capa do disco Raio - X Brasil (RACIONAIS MC'S, 1993)



Fonte: Disponível em: <https://www.toque-musicall.com/?p=8491> . Acesso em 06 de Dez. de 2022.

Uma das músicas que eu gostava de ouvir era a faixa *Mano na porta do bar*. Essa música parecia narrar a vida de pessoas que eu conhecia, personagens comuns do meu bairro. O ritmo era cadenciado por um instrumental da música *soul afro-americana* de Curtis Mayfield (*Freddie's Dead*) que tocava nas quermesses e nos bailes.

Você viu aquele mano na porta do bar
Ele mudou demais de uns tempos para cá
Cercado de uma pá de tipo estranho
Que promete pra ele o mundo dos sonhos
Ele está diferente não é mais como antes
Agora anda armado a todo instante

Não precisa mais dos aliados

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 10, N. 1 - p. 267-28, janeiro de 2024: "Dossiê: 20 anos da Lei 10.639: Conversas Curriculares Entre Saberes, Práticas e Políticas Antirracistas II". DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2024.73435>

Negociantes influentes estão ao seu lado
Sua mina apaixonada, linda e solitária
Perdeu a posição agora ele tem várias...

Várias mulheres, vários clientes, vários artigos,
Vários dólares e vários inimigos.
No mercado da droga o mais falado, o mais foda
em menos de um ano subiu de cotação

Ascensão meteórica, contagem numérica,
Farinha impura, o ponto que mais fatura
Um traficante de estilo, bem peculiar
Você viu aquele mano na porta do bar (RACIONAIS MC 'S, 1993).

A história contada nessa letra, e em outros raps, que não eram citados e nem trabalhados na sala de aula, me despertaram o interesse em temas como: história, sociedade, narrativa e poesia, além de me propiciar um entendimento crítico e atento à situação das pessoas e do cenário da minha comunidade. Sobretudo passei a relacionar o repertório oferecido pelo rap com uma identidade coletiva, na medida em que este canta o cotidiano de diversas periferias, mas também parece dizer de um “lugar comum”, algo que fundamenta a possibilidade de construção do “sujeito periférico” (D'ANDREA, 2013), e reforça o sentido de que “periferia é periferia em qualquer lugar” (GOG, 1994). Isso acontece porque, na experiência juvenil, é ainda mais comum que o espaço físico seja transformado em lugar social, produzindo estruturas particulares de significados (DAYRELL, 2007).

Mesmo não encontrando na escola uma referência para incorporar conhecimentos significativos, os rappers apresentavam um discurso elaborado em suas letras, pois havia uma “reapropriação do universo escolar” para o compositor de rap manter-se “bem-informado” e estruturar a busca por novos saberes e conhecimentos que pudessem expandir seu desenvolvimento intelectual (SPOSITO, 1993). Ou seja, mesmo com a contestação do espaço escolar e refutando a cultura escolarizada, os jovens rappers repensam e atribuem outros sentidos de sociabilidade à essa instituição, reinventando, reformulando e praticando o letramento escolar tradicional (SOUZA, 2011).

Entre 1992 e 1993, comecei a perceber um movimento diferente entre os estudantes, que despertou ainda mais meu interesse nesse estilo de música. O contato com os jovens que faziam parte dos grupos de rap do meu bairro, e que disputavam festivais nos bailes pela cidade, me fizeram perceber o rap sendo cantado por meninos e meninas nos corredores da escola e as letras copiadas nos cadernos de estudantes em forma de poesia.

De modo geral, o rap não era mencionado por docentes. Apenas uma vez, no ensino fundamental, uma professora tentou fazer uma atividade com algumas músicas, mas a sala

começou a questioná-la se ela estava tentando “ensinar rap pra gente”, e ao tentar se explicar, o interesse da maioria se esvaiu.

Em outra ocasião, na aula de inglês, a professora observou minha camiseta com uma estampa de um “X”, com a bandeira dos Estados Unidos ilustrando a letra em chamas. Atrás havia uma frase em inglês e a professora comentou, um pouco irritada, “que era bom saber o que estava escrito nas camisetas antes de vestir”.

Não me lembro qual era a frase, a professora não me disse, depois tentei traduzir, mas tive dificuldades. Apenas recordo que abaixo da frase estava assinado “Malcolm X”, em alusão ao líder negro norte-americano e muçulmano, defensor do Nacionalismo Negro na década de 1960. Essa camiseta foi comprada pelo meu pai no centro da cidade, na Galeria 24 de maio, um dos pontos mais frequentados por pessoas negras e adeptos do hip hop (SPOSITO, 1993; BOTELHO, 2022).

Esse mesmo “X” do Malcolm é parecido com a letra em destaque no disco “Raio X Brasil” dos Racionais, grupo que assumiu a influência do rap e do pensamento negro norte-americano, como explicou o Dj KL Jay em uma matéria para o Portal Geledés (2017):

Conhecemos Malcolm quando já éramos Racionais. Vimos um documentário do Public Enemy em que citavam ele, e fomos procurar saber quem era, e assim tivemos acesso à biografia. A grande influência que o Malcolm X deixou para os pretos do mundo todo foi: você precisa resgatar a sua autoestima.¹

Essa influência tem raízes na ancestralidade africana, principalmente pela tradição oral cultivada na África Ocidental, que originou o canto de lamentos dos negros escravizados nas plantações dos Estados Unidos e do Brasil, que também é base da tradição de cantadores e repentistas nordestinos (SPOSITO, 1993). O rap, até então, era meu único fio condutor com as questões negras e africanas, já que a escola dedicava pouca ou nenhuma visibilidade para essas temáticas, e a rua, mesmo sendo o lugar mais comum de socialização, estava cada dia mais violenta.

A década de 1990 foi um período em que lamentei a partida de muitos amigos, parentes e conhecidos. O cenário mais comum eram os tiroteios, as sirenes da viatura, as portas dos comércios fechando, o corre-corre, o salve-se quem puder; quase sempre envolvendo o assassinato de um conhecido ou um amigo, um jovem negro e periférico que, assim como muitos, não completou trinta e poucos anos de vida.

¹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/importancia-de-malcolm-x-para-o-rap-nacional/>. Acesso em: 17/11/2022.

Mesmo com a dificuldade em escapar das abordagens policiais, o aprendizado que recebíamos era: sair de casa com o documento e, ao ser abordado, ficar sempre de cabeça baixa e com as mãos para trás, responder somente o que lhe foi perguntado, não correr e nem fazer gestos abruptos, evitar boné baixo, touca, não fazer tatuagem e não encarar a viatura passando. Essa era a nossa realidade. Por isso, “desesperançada, pobre, desempregada e absorvida nas matanças corriqueiras de jovens entre si e destes com a polícia, a população periférica empenhou-se em construir mecanismos e inventar formas para contornar a violência e se manter viva” (D'ANDREA, 2013, p.28).

O rap passou a ser a válvula de escape e também lugar de denúncia à violência vivida, promovendo a humanização da nossa existência. Em casa, eu continuei ouvindo os raps quase escondido, porque no senso comum e na mídia hegemônica esse som era considerado como “música de bandido”. Mesmo assim, essa relação me deu repertório teórico, identitário e alguma consciência social, ampliando minhas alternativas - estéticas, linguísticas, históricas, comunitárias, estruturais e emocionais. Ao invés de ser vítima desse estado de violência, o rap e o hip hop me deram possibilidades de me tornar um sobrevivente.

São possibilidades de “letramentos de reexistência”, a medida que essa juventude não só resistiu “a um modelo de letramento excludente apoiados em formas já cristalizadas de legitimação, mas criaram outras formas de dizer o já dito, imprimindo de forma indelével suas identidades sociais (SOUZA, 2011, p.158). No álbum “Sobrevivendo no Inferno” (1997), também dos Racionais, a introdução da faixa "Capítulo 4, versículo 3”, narrada por Primo Preto explicita nitidamente a situação da juventude negra naquele período.

60% dos jovens de periferia
Sem antecedentes criminais já sofreram violência policial
A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras
Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros
A cada quatro horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo
Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente (RACIONAIS, 1997).

Várias análises têm destacado a importância dos grupos culturais na experiência de jovens das camadas populares, na medida em que se configuram “em um dos poucos espaços de construção de uma autoestima” (DAYRELL, 2007, p. 1110). Além disso, o rap era a única expressão que me aproximava da discussão racial, porque esse tema só alcançou outro tipo de visibilidade política, educacional e midiática no Brasil a partir dos anos 2000 (GOMES, 2017), principalmente, após a implementação das políticas de ações afirmativas, como a Lei

10.639/03.

Portanto, a prática do rappers e do movimento hip hop foram fundamentais para promover um movimento educativo originado fora das escolas, que impactou essas instituições, promovendo “uma nova forma de interação do universo escolar com a cultura e as práticas jovens que nascem na rua” (SPOSITO, 1993, p. 175).

O rap e o Movimento Negro Educador

No decorrer dos anos 1990 e principalmente a partir dos anos 2000, o rap se consolidou como uma voz potente contra a onda violenta presente nas periferias. Mesmo com pouco reconhecimento nas escolas e na sociedade e sendo produzido pelos jovens em meio às desigualdades sociais e à violência urbana, essa expressão abria possibilidades discursivas e ações político-culturais, promovendo a crítica à ordem social, ao racismo, a história oficial e a alienação midiática por meio do engajamento de seus artistas (SILVA, 1999). Após a consolidação do rap em shows nas casas noturnas, alta vendagem de discos, mesmo com distribuição restrita, e tendo milhares de jovens como ouvintes e praticantes desse estilo, parte da imprensa passou a reconhecer os rappers como “sociólogos sem diploma” (GUIMARÃES, 1999, p. 43).

Sendo assim, o rap passou a ser objeto de estudos acadêmicos e atraiu a atenção dos movimentos sociais, que legitimaram a importância não só artística, mas ativista e educadora do rap nacional. Um exemplo histórico é o *Projeto Rappers*, que aconteceu entre 1992 e 1997, com jovens do hip hop em parceria com Geledés - Instituto da Mulher Negra, criado em 1988 com objetivo de combater a discriminação racial e de gênero e formular políticas públicas voltadas à população negra (SILVA, C., 1999).

Segundo a escritora e intelectual Cidinha da Silva (1999), que foi coordenadora pedagógica do *Projeto Rappers*, este trabalho surgiu a partir de uma demanda de alguns jovens negros que, ao ouvirem a fala de uma integrante do Geledés em uma praça pública, procuraram o Instituto para buscar apoio, por conta de um ato de extrema violência que haviam sofrido. Essa aproximação culminou em uma série de atividades formativas sobre a história do Movimento Negro no Brasil e na diáspora africana, sexualidade, música, violência policial, gênero e cidadania, entre outras articulações como shows, revistas e vídeos sobre o movimento hip hop, principalmente sobre a cena do rap paulistano.

Outro exemplo de relação direta entre o rap e a educação foi o projeto *RaPensando a*

*Educação*², que surgiu no início dos anos 1990, por iniciativa da prefeitura de São Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina, envolvendo grupos de rap paulistano em debates e palestras em escolas municipais, integrando a escola pública com as comunidades por meio dos rappers (SILVA, J.C.G, 1999).

Esses exemplos contribuem para evidenciar e reconhecer as ações juvenis por meio do rap como parte do Movimento Negro, já que para Nilma Lino Gomes (2017) este movimento é constituído por:

negras e os negros em movimento: artistas, intelectuais, operários e operárias, educadoras e educadores, dentre outros, ou seja, cidadãs e cidadãos que possuem uma consciência racial afirmativa e lutam contra o racismo e pela democracia, mas não atuam necessariamente em uma entidade ou organização específica. Todos são, de alguma forma, herdeiros dos ensinamentos do Movimento Negro, o qual, por conseguinte, é herdeiro de uma sabedoria ancestral (GOMES, 2017, p.18).

Considerando o histórico do rap no Brasil, a partir do seu caráter artístico-pedagógico emancipador, como *sujeito de conhecimentos e saberes*, exercendo *de forma explícita uma postura política de combate ao racismo*, é legítimo reconhecer o rap como uma expressão educadora, sendo então, conforme a perspectiva de Nilma Lino Gomes (2017), parte do Movimento Negro Educador na constituição de uma *pedagogia da diversidade* em contraponto à pedagogia tradicional. Os saberes construídos pelo Movimento Negro contestam a forma reguladora e conservadora da pedagogia tradicional, ampliando a compreensão e a interpretação científica dessa forma de produção de conhecimento, e promovendo a indagação de conceitos, termos e categorias analíticas produzidas dentro e fora da escola (GOMES, 2017).

Portanto, o crescimento do rap, ao longo dos anos 1990, e sua consolidação nos anos 2000, somou forças, argumentos e ações em favor de uma demanda educacional pautada pelo Movimento Negro, desde os anos 1980, que exigia a inserção das relações étnico-raciais nas diretrizes curriculares, e que foi contemplada em 2003 com a promulgação da Lei 10.639/03 (GOMES, 2017).

Muito do que se trabalha nas escolas a partir do surgimento dessa lei passa pelo repertório encontrado no rap, onde estratégias didáticas destacam as letras e as trajetórias de alguns rappers para o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira (PERCILIANO,

²Esse projeto retornou em 2019, iniciativa da Prefeitura de São Paulo, resgatando o mesmo nome e realizando duas edições em unidades do Centro Educacional Unificado (CEU) na Zona Sul, com a participação de integrantes do Racionais MC's, Grupo DMN, além de mulheres e pessoas LGBTQIA+ do movimento hip hop. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=27138>. Acesso em: 21/11/2022.

2017).

Recentemente, ao realizar ações formativas com professores e palestras para os estudantes, percebi que muitas escolas apresentam como demanda, ou já promovem, batalhas de improviso, competição de poesia falada (*slam*), saraus, além da análise de letras de rap como poesias, ou referências para os debates sobre nossa sociedade. As rimas, poesias e músicas compostas pelos estudantes estão sendo incorporadas no cotidiano escolar; e não apenas no contraturno ou na hora dos intervalos.

Nos espaços formativos com os professores ou mesmo no contato com os estudantes fica evidente que há um conteúdo prévio sendo trabalhado sobre rap, hip hop, cultura de periferia e relações étnico-raciais que é bem diferente do contexto anterior, quando eu era um estudante de escola pública e esses temas estavam completamente ausentes ou eram pontualmente considerados. Nos saraus realizados em escolas, por exemplo, percebo a participação de estudantes que estão sendo incentivados a produzir e a publicizar seus escritos e músicas e que os livros de escritoras/es da periferia, da Literatura Negra e as músicas do rap são fontes de pesquisa. Assim, o legado construído pelo movimento hip hop, por meio do rap, fez com que a Lei 10639/03 fosse construída na prática, antes de sua promulgação, se tornando uma alternativa pedagógica na aplicação desta lei.

A música negra tem muita força e muitas das mudanças sociais existentes na atualidade tiveram como pano de fundo os movimentos sociais nascidos no contexto dos mais diversos estilos e não seria diferente com o movimento negro. Como os movimentos sociais geralmente vêm da comunidade para a universidade, esses movimentos influenciaram na criação de leis como, por exemplo, a lei 10.639/03 (PERCILIANO, 2017, p.1344).

Outro fator de destaque foi o disco *Sobrevivendo no Inferno dos Racionais Mc's*, lançado em 1997, que teve uma versão em livro publicado em 2018, em uma editora de grande circulação, e foi indicado como literatura obrigatória para ingresso no vestibular (2022/23) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Essa indicação para o vestibular e todo o reconhecimento do rap nacional e da juventude negra como produtores de conhecimento elevou a importância dessa expressão no debate acadêmico e educacional no Brasil, onde o rap e o movimento hip hop se tornaram focos de pesquisas dedicadas às culturas juvenis ao longo dos anos 2000 (SPOSITO; ALMEIDA; CORROCHANO, 2020). A experiência do rap e do hip hop, com sua origem autodenominada “cultura de rua”, ao desenvolver uma perspectiva educadora confirma que “a dimensão educativa não se reduz à escola, nem que as propostas educativas para os jovens tenham que acontecer dominadas pela lógica escolar” (DAYRELL, 2007, p.1125).

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 10, N. 1 - p. 267-28, janeiro de 2024: "Dossiê: 20 anos da Lei 10.639: Conversas Curriculares Entre Saberes, Práticas e Políticas Antirracistas II". DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2024.73435>

Considerações finais

Segundo Eliane de Andrade (1999) “O hip hop, e o rap como seu principal expoente, sendo um movimento social, permite aos jovens desenvolver educação política e, conseqüentemente, o exercício do direito à cidadania” (p. 89, grifo nosso), e isso representa uma ação pedagógica que fortaleceu a autoestima e a identidade negra de uma geração de jovens que surgiu com muita força nos anos 1990, possibilitando seu desenvolvimento em meio às múltiplas adversidades sociais e raciais daquele período (ANDRADE, 1999).

Essa movimentação gerou novas concepções de saber e de conhecimento cumprindo um papel educativo e pautando temas, tais como: racismo, discriminação, democracia racial, juventude, violência e abuso policial. Essas ações do rap podem ser denominadas como Movimento Negro Educador, na perspectiva de Nilma Lima Gomes (2017), assumindo papel significativo para a inclusão da temática étnico-racial nas políticas públicas no país, como foi o caso da implementação da Lei 10639/03.

As demandas e realizações do Movimento Negro na perspectiva educacional, fez com que o Estado respondesse por meio de políticas públicas e com outras ações institucionais, confirmando o protagonismo desse movimento na ação política e educadora, visando ações emancipatórias com foco na população negra, mas construindo ações igualitárias e democráticas para toda sociedade (GOMES, 2017).

Considero-me um sobrevivente dos anos 1990. Vi de perto esse crescimento do rap e do hip hop em meu bairro. Reconheço o rap como parte fundamental da minha biografia; um elemento que colaborou para o meu letramento racial e social fora da escola, dando-me suporte para que eu me tornasse um cidadão negro, artista, ativista, educador e pesquisador, contribuindo para a atuação coletiva em meu território e em outros espaços de conhecimento (SOUZA, 2011).

Assim, passei a incluir as discussões sobre rap e hip hop nas propostas de formação de docentes e estudantes voltadas para a promoção da Lei 10.639/03, fortalecendo a inserção da temática étnico-racial no currículo escolar, mesmo em um contexto marcado por inúmeras tensões e contradições. Apesar dos muitos avanços ocorridos na última década, principalmente em relação ao acesso à educação básica, a escola ainda enfrenta muitos desafios para dialogar com as experiências sociais e com as demandas juvenis. Muitas vezes, ainda que não apenas por isso, esta dinâmica ocorre em função da persistência de parâmetros educacionais construídos no passado. Com a expansão da escolarização a partir da década de 1990, estudantes das camadas populares, que vivem em meio a uma sociedade violenta,

injusta e desigual, passam a estabelecer uma disputa constante pelo imaginário escolar (SPOSITO, 2005; DAYRELL, 2007).

Contudo, parte das mudanças recentes que passam a ocorrer na esfera escolar, especialmente em relação aos direitos da população negra, tem grande contribuição do rap, do movimento hip hop e de seus protagonistas. Mesmo diante da persistência de muitos conflitos na relação entre a juventude negra e a escola e na promoção de uma educação antirracista, essa dinâmica foi fundamental como parte da consolidação das ações afirmativas no Brasil e a inserção das relações étnico-raciais na escola, a partir da Lei 10.639/03.

Referências

- ANDRADE, Elaine Nunes. Rap e educação, rap é educação. São Paulo: Summus, 1999.
- _____. Hip Hop: Movimento Negro Juvenil. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). Rap e educação, rap é educação. São Paulo: Summus, 1999, p. 83-92.
- AZEVEDO, Amailton Magno Grillu; SILVA, Salloma Salomão Jovino da. O som que vêm das ruas - A música como sociabilidade e lazer da juventude negra urbana. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). Rap e educação, rap é educação. São Paulo: Summus, 1999, p. 65-82.
- BOSSLE, F.; NETO, V. M. No olho do furacão: uma autoetnografia em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 31, n. 1, 2009, p.131-146.
- BOTELHO, Guilherme Machado. Quanto vale o show?: O fino Rap de Athalyba-Man. São Paulo: Ed. do Autor, 2022.
- CHANG, Heewon. Autoethnography as method. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008
- CORTI, Ana Paula. À deriva. Um estudo sobre a expansão do ensino médio no estado de São Paulo (1991 - 2003). Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2015.
- D'ANDREA, Pablo Tiarajú. A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo. Tese de Doutorado em Sociologia. USP. São Paulo, 2013.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Revista Educação e Sociedade. Vol. 28, n. 100, Campinas, 2007, p. 1105-1128.
- DUBET, François, MARTUCCELLI, Danilo. En la escuela. Sociología de la experiencia escolar. Buenos Aires: Editorial Losada S.A, 1998.
- ELLIS, Carolyn. The Ethnographic I: A Methodological Novel About Autoethnography. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004
- GAMA, Fabiane. A autoetnografia como método criativo - experimentações com a esclerose múltipla. Anuário Antropológico. v. 45. n. 2. UNB, 2020, p. 188-208.
- GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 10, N. 1 - p. 267-28, janeiro de 2024: "Dossiê: 20 anos da Lei 10.639: Conversas Curriculares Entre Saberes, Práticas e Políticas Antirracistas II". DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2024.73435>*

- GUIMARÃES, Maria Eduarda Araujo. Rap: transpondo fronteiras da periferia. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). Rap e educação, rap é educação. São Paulo: Summus, 1999, p. 39-54.
- HADDAD, S. Educação e exclusão no Brasil. Le Monde Diplomatique, Paris, 2008.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- MADEIRA, Felícia Reicher. “Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: Questionando pressupostos e sugerindo pistas”. Cadernos de Pesquisa, n. 58, 1986, p. 15-48.
- PERCILIANO, Michele. No ritmo da poesia: o rap e o hip hop como estratégia didática para ensino da história da África e da cultura afro-brasileira. VIII Congresso Internacional de História. UNESPAR, 2017, p. 1341 - 1348.
- PLÁCIDO, Ricardo do Ó. Territórios Negros: Cartografias e Etnicidades na Experiência do rap Paulistano (1970-1990). Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades), Universidade de São Paulo, 2019.
- PORTAL GELEDÉS. A importância de Malcolm X para o rap nacional. Fev. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/importancia-de-malcolm-x-para-o-rap-nacional/>. Acesso em 22/11/2023
- REED-DANAHAY., Deborah. Introduction. In: REED-DANAHAY, Deborah. Auto/ethnography: Rewriting the self and the Social. New York: Berg, 1997
- SANTOS, Sandra. Alunos, estes desconhecidos. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org). Rap e educação, rap é educação. São Paulo: Summus, 1999, p.113-124.
- SILVA, Cidinha da. Projeto Rappers: Uma iniciativa pioneira e vitoriosa de interlocução entre uma organização de mulheres negras e a juventude no Brasil. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org). Rap e educação, rap é educação. São Paulo: Summus, 1999, p. 93-124.
- SILVA, José Carlos Gomes da. Arte e educação: experiência do movimento Hip Hop paulistano. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org). Rap e educação, rap é educação. São Paulo: Summus, 1999, p. 26-38.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva. Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade. Tempo Social; Rev. Sociologia USP, São Paulo, 1993, p. 161-178.
- _____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M.(Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

_____ ; SOUZA, Raquel. Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora (Org.). Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional. São Paulo: Cortez, 2014. p. 33-62.

_____ ; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens em movimento: Mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. Revista Educação e Sociedade. v. 41. Campinas, 2020.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografias: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

Discografia:

MAYFIELD, CURTIS. Superfly. EUA, 1972.

GOG. Dia a dia da periferia. Distrito Federal: Independente, 1994

RACIONAIS MC'S. Escolha seu caminho. São Paulo: Zimbabwe, 1992.

_____. Raio X Brasil. São Paulo: Zimbabwe, 1993.

_____. Sobrevivendo no Inferno. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

RZO. Todos são manos. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 2002.

SISTEMA NEGRO. Bem-vindo ao Inferno. São Paulo: RDS Zimbabwe, 1994.